

Novo Ensino Médio: Que “verdades” são produzidas nas propagandas oficiais do poder governamental?

The “new” high school: What “truths” are produced by official government power advertisements?

Elia Cristina Alves dos Santos¹
Welisson Marques²

Resumo

O objetivo deste estudo foi responder quais os discursos do MEC e do Governo Federal (referentes à mudança da legislação do Ensino Médio – Lei nº 13.415) foram materializados nas propagandas oficiais criadas pelo MEC e publicadas no canal do *YouTube*. Nesse canal, foi selecionada a propaganda: *Com o novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!* A pesquisa foi fundamentada em Michel Foucault (2014; 2018). As “verdades” produzidas pelo poder apresentam que a reestruturação do Ensino Médio é uma ação inclusiva e democrática, e que as pessoas, principalmente os estudantes, aprovam a reestruturação desse nível de ensino. Cria-se a “verdade” de que os jovens terão a liberdade de escolher o que irão estudar e de decidir o próprio futuro. Porém, existem discursos de estudiosos e de pesquisadores da educação que refutam as “verdades” produzidas pelo poder Governamental. Este artigo faz parte de uma pesquisa realizada no curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) – *Campus Uberaba*.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Publicidade. Educação. Poder. Verdade.

Abstract

The purpose of this study was to answer what discourses of the Education and Culture Ministry (ECM) and the Federal Government (referring to the change in the legislation of High School in Brazil - Law nº 13.415) were materialized in the official advertisements created by the ECM and published on the *YouTube* channel. In this channel, the following advertisement entitled *With the new high school, you have more freedom to choose what to study!* was chosen to be analyzed. The research was based on Michel Foucault's (2014; 2018) concept of power. The "truths" produced by the power show that the restructuring of secondary education in Brazil is an "inclusive" and "democratic" action, and that people, especially students, approve the restructuring of this level of education. The "truth" (Foucault) created is that "young people will have the freedom to choose what they will study" and "will be able to decide their own future". However, there are discourses given by educational scholars and researchers that refute these "truths" produced by the government and ECM. In this sense, this article is part of a research carried out in the Professional Master's course in Technological Education at the Federal Institute of Education, Science and Technology of the Triângulo Mineiro (IFTM) - *Campus Uberaba*.

Keywords: Discourse Analysis. Publicity. Education. Power. Truth.

¹Mestrado Profissional em Educação Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) – *Campus Uberaba*. eliasantos@iftm.edu.br.

²Pós-doutor em Educação / Análise do Discurso pela Universidade de São Paulo (USP); Doutor em Estudos Linguísticos e Mestre em Linguística - fomentado pela CAPES - pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL/UFU).

Introdução

Este artigo é parte da pesquisa realizada, no período de 2017 a 2019, no Curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) – *Campus Uberaba*.

O estudo fundamentou-se em Michel Foucault, o qual argumenta que a “verdade” é produzida em um determinado momento histórico. Nesse sentido, observou-se que as propagandas do MEC e do Governo Federal surgiram antes da criação da medida provisória (MP) 746, de 22 de setembro de 2016³, e se estenderam após a promulgação da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017⁴. Tanto a MP quanto a Lei foram assinadas pelo Presidente da República Michel Temer. Ambas surgiram em um momento de insegurança política.

Nesse contexto, o discurso produzido pelo poder governamental (relacionadas à MP nº 746/2016 e à Lei nº 13.415/2017) alçou a reestruturação do Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, como “reforma do Ensino Médio” e “novo Ensino Médio”. Assim, nos anos de 2016 e 2017, foram transmitidas diversas propagandas oficiais do MEC e do Governo Federal em diferentes mídias - como na televisão, no rádio, nos canais do *YouTube*.

Mediante ao exposto, este estudo tem como objetivo responder ao seguinte questionamento: Quais os discursos do MEC e do Governo Federal (apresentados como verdadeiros referentes à legislação do Ensino Médio - Lei nº 13.415/2017) foram materializados, por meio da linguagem verbal e não-verbal, nas propagandas oficiais publicadas pelo MEC em seu canal no *YouTube*?

O *corpus* desta pesquisa é uma propaganda referente à reorganização do Ensino Médio que foi selecionada no canal do *YouTube* do MEC⁵, cujo título é *Com o novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!*

³ Instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

⁴ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e a Lei nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

⁵ O canal do *YouTube* do MEC é intitulado *MEC Ministério da Educação*, e está disponível em: <https://www.youtube.com/user/ministeriodaeducacao>.

A realização deste estudo se justifica, pois o leitor poderá refletir e questionar sobre as verdades produzidas pelo poder governamental por meio das propagandas oficiais disseminadas na sociedade.

Neste artigo, apresentaremos um breve relato do contexto histórico do surgimento da Lei nº 13.415/2017, no qual se comenta o contexto político que possibilitou o surgimento de medidas sobre a reorganização do Ensino Médio; logo após, discorreremos sobre os Procedimentos Teóricos e Metodológicos, elucidaremos o título, a data e o tempo de duração da propaganda selecionada no canal do *YouTube*; comentaremos sobre os objetos discursivos que serão analisados; seguidamente buscaremos o entendimento da concepção foucaultiana de poder, sujeito assujeitado e dispositivo de poder; apresentaremos os resultados e as discussões, nesse caso serão analisadas o discurso verbal e não-verbal produzidos pelo MEC e o Governo Federal por meio da propaganda oficial; por fim, realizaremos as considerações finais.

1. Contexto histórico: o surgimento da lei nº 13.415/2017

No ano de 2014, venceu a eleição para ocupar o cargo na Presidência da República a candidata Dilma Vana Rousseff (filiada ao Partido dos Trabalhadores - PT), e Michel Miguel Elias Temer Lulia (filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), candidato a vice-presidente. Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2014, online), os candidatos faziam parte da Coligação com a força do povo.

Embora Dilma Rousseff tenha se tornado Presidente da República com a previsão de governar durante quatro anos, no dia 02 de dezembro de 2015, iniciou o processo de *impeachment* contra ela, para impedi-la de concluir o seu mandato. Conforme a Agência do Senado (2016) esse processo ocorreu:

[...] quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma (SENADO, 2016, online).

Na ocorrência do fato, que aconteceu por meio de turbulência política, indivíduos (uma parcela da população, a maioria dos deputados, senadores e juízes) afirmaram que a perda do cargo da Presidência da República foi um processo legal de *impeachment*, outras

pessoas (parcela da população, minoria dos deputados e senadores) denominaram, o mesmo fato, como golpe político.

Segundo Moura; Lima Filho (2017), as deliberações de maior relevância para o Brasil “decidem os homens brancos no poder judiciário e, no legislativo, os homens brancos, que representam interesses privados” (MOURA; LIMA FILHO, 2017, p.116). Para os autores, esses grupos são representantes da burguesia brasileira e tiveram forte influência para retirarem do poder, por meio de um golpe político, jurídico e midiático, Dilma Vana Rousseff eleita, legitimamente, pelo voto popular, em 2014, para exercer seu segundo mandato presidencial.

Esse foi o contexto no qual o povo brasileiro assistiu a Michel Temer se tornar Presidente da República. Ele foi empossado no dia 31 de agosto de 2016 e permaneceu até 31 de dezembro de 2018. Em 22 de setembro de 2016, Temer promulgou a Medida Provisória (MP) nº 746. Observa-se que uma das primeiras ações de Temer foi intervir na educação. Estrategista, o presidente, em 16 de fevereiro de 2017, promulga a Lei nº 13.415.

A Lei nº 13.415/2017 realizou alterações na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Alterou a Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Modificou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Revogou a Lei nº 11.161/2005, a qual dispunha sobre a obrigatoriedade do ensino da Língua Espanhola no currículo do Ensino Médio. A Lei nº 13.415/2017 instituiu a Política de Fomento para a Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

2. Procedimentos Teóricos e Metodológicos

Esta pesquisa é qualitativa, isto é, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças e valores não quantificáveis (MINAYO, 2001). É de natureza aplicada, sendo assim, tem como objetivo obter conhecimentos para aplicação prática relacionados à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.51).

Desse modo, no que se refere ao interesse local, buscou conhecer quais as “verdades” que se materializaram (por meio da linguagem verbal e não-verbal) nas propagandas oficiais do MEC e do Governo Federal sobre a Lei nº 13.415/2017.

Para a obtenção do material, que constituiu objeto de análises para esta pesquisa, consultou-se o site oficial do MEC: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Por meio desse *site* foi acessado o canal do *YouTube* intitulado *MEC Ministério da Educação*.

Nesse canal, foi selecionada a propaganda oficial do MEC e do Governo Federal intitulada: “*Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!*”. O cenário produzido na publicidade favoreceu a seleção dela para a realização desta pesquisa, uma vez que o cenário nos remete as apresentações culturais no ambiente escolar.

A peça publicitária, “*Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!*” foi publicada no canal do MEC no dia em 26 de dezembro de 2016. A propaganda foi exibida em 30 segundos; os personagens que compõem a propaganda são adolescentes.

Para realizar a investigação da propaganda observou-se a linguagem verbal e não-verbal. Atentou-se para elementos que compõem a identidade do estudante, como por exemplo, os cadernos, as mochilas, a expressão corporal, o tom de voz, os sorrisos. Pretendeu-se compreender como esses discursos imagéticos juntamente com o uso da linguagem verbal produzem a “verdade” no discurso enunciado.

Analisou-se a imagem do olhar dos jovens; também a questão do significado do espaço inserida na propaganda, investigou como as imagens do escuro e da luz inseridas no espaço produzem sentidos aderindo-se, assim, aos enunciados produzidos pelos jovens que representam o discurso governamental.

Notou-se, por meio do visual e do linguístico, a produção de discursos de poder que são disseminados como verdadeiros. Nessa perspectiva, refletiu-se sobre algumas dificuldades educacionais no Brasil, as quais foram denunciadas por professores/pesquisadores que investigam o tema Trabalho e Educação.

3. Poder, sujeito assujeitado e dispositivo de poder

Como fundamentação Teórica, esta pesquisa se sustentou no pensamento do filósofo francês Michel Foucault. Para realizá-la, buscou-se apreender o que é o poder, a compreensão do sujeito assujeitado e o entendimento do que é um dispositivo de Poder.

Quanto ao poder, Foucault (2018) argumenta que o poder não é estático e, não está localizado em lugares específicos. O autor argumenta que o poder é “uma rede produtiva que

atravessa todo corpo social (FOUCAULT, 2018, P. 44), assim, o poder circula, transita entre os indivíduos. Ninguém é permanentemente dono dele.

Foucault (2018, p. 44) argumenta também que o que faz com que o poder se exerça e que seja aceito, não é simplesmente uma força que diz não, isso quer dizer que o poder não está vinculado somente a ações negativas, de reprimendas, de repressão, de violência.

O poder, de acordo com o filósofo, é produtivo; ele produz coisas, induz ao prazer, ao deleite; o poder vincula-se a formas de saber; ele produz discursos que têm efeito de verdade, isto é, apresentam-se como verdadeiros na sociedade. Nesse sentido, nota-se que o poder é astucioso, utiliza-se de técnicas, de mecanismos, de táticas e de estratégias de dominação.

Reflete-se, então, que para que o poder exista e se exerça é necessário que se tenha formas de saber, nesse sentido, o poder está entrelaçado a campos específicos de saber. Nota-se, então, que o MEC exerce seu poder no campo da educação.

Percebe-se também que as propagandas governamentais disseminadas no *YouTube* nos anos de 2016 e de 2017, que contemplaram os discursos sobre a mudança da legislação do Ensino Médio, tendem a induzir ao prazer, ao contentamento dos jovens, pois os discursos pulverizados relatam que o estudante terá “mais liberdade para escolher o que estudar”.

Sobre a constituição do sujeito assujeitado, pesquisas foucaultianas afirmam que o processo de subjetivação produz o sujeito. Foucault (2014) afirma que os indivíduos assujeitados são aquelas pessoas que se tornam corpos dóceis, isto é, que obedecem às regras sem questionamentos, aceitam os discursos do poder e das formas de saber como se fossem verdadeiros (sem nem mesmo questioná-los).

Cogita-se, assim, que na sociedade disciplinar capitalista, os corpos dóceis são treinados à obediência, são corpos que oferecem lucratividade para o capital. São corpos que possuem pouco pensamento crítico e pouca consciência política (FOUCAULT, 2014).

Para evitar a resistência e manter o poder, é necessário, então, subjetivar o indivíduo. Foucault, (2018, p. 282) argumenta que “existem múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade [...] múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social”.

Para que o processo de sujeição aconteça, conforme Foucault (2014), a sujeição pode ser tecnicamente pensada, calculada, organizada. Ela pode, inclusive, ser bem sutil e imperceptível. Para isso, existem os dispositivos de poder.

O dispositivo de poder, explica Foucault (2018), é um mecanismo de ação que constrói o sujeito. O Discurso sobre a sexualidade, o panóptico, as organizações

arquitetônicas, as regulamentações, os sistemas políticos, a religião, a fábrica, o exército, a escola, a família são exemplos de dispositivos de poder.

Os dispositivos, relata Foucault (2014, 2018), são utilizados para a produção de corpos dóceis, que são indivíduos com pouca consciência política, obedientes, produtivos e úteis subjetivados para satisfazer as vontades do poder vigente. Nesse sentido, de acordo com Agamben (2009, p. 46), “o dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo”.

No dizer de Agamben (2009, 40), o dispositivo envolve o saber e o poder e constrói a verdade de uma época. Denomina dispositivo de poder qualquer instrumento que tenha “a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”.

Reflete-se, então, que as medidas provisórias, as leis, as propagandas, os discursos são dispositivos de poder que são utilizados para a subjetivação do indivíduo. Assim, os discursos emitidos pelo poder governamental (para construir sujeitos assujeitados) utilizam discursos em suas propagandas.

Questiona-se, então, quais os discursos do Ministério da Educação (MEC) e do Governo Federal (apresentados como verdadeiros referentes à legislação do Ensino Médio - Lei nº 13.415/2017) foram materializados nas propagandas oficiais publicadas pelo MEC em seu canal no *YouTube*?

4. Resultados e discussão

Para responder a pergunta desta pesquisa, foi analisada a propaganda que se intitula “*com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!*” O tempo da duração da propaganda é de trinta segundos. Essa peça publicitária foi publicada no canal do *YouTube* em 26 de dezembro de 2016, após três meses do (des)governo de Michel Temer (FRIGOTTO, 2016) ter encaminhado a MP nº 746/2016 para o Congresso Nacional visando a reestruturação do Ensino Médio.

O cenário produzido para a apresentação publicitária é um auditório escolar. Nesse espaço, os alunos estão apresentando um teatro, no qual os adolescentes apoiam a aprovação do “novo” Ensino Médio. A campanha publicitária do MEC foi divulgada, não só no *YouTube*, mas também foi amplamente veiculada por diversos meios de comunicação: jornal, revista, televisão etc., atingindo, assim, diferentes públicos.

Conforme dados disponibilizados na página do MEC⁶ (BRASIL, 2016), os gastos com publicidade entre 01/12/2016 a 31/12/2016 foram de R\$ 7.266.218,02 (sete milhões, duzentos e sessenta e seis mil, duzentos e dezoito reais e dois centavos). Esse valor foi pago à Escala Comunicação & Marketing LTDA (contrato 064/2013).

Sabe-se que não é somente o linguístico que faz parte do universo discursivo, as imagens também compõem esse universo. Assim, a observação das imagens é importante para a compreensão do discurso. As imagens compõem a linguagem não-verbal e se materializam nos discursos em funcionamento (FERNANDES, 2012).

Desse modo, observando a imagem 1, nota-se que a propaganda oficial do governo focaliza dois jovens que estão com os olhares atentos. A imagem 1.1 destaca apenas o olhar de uma pessoa, transmitindo o efeito de sentido que ela está interessada e observa aquilo que está sendo exposto. A imagem 1.2 mostra um rosto de um garoto cuja expressão denota que está com o olhar atento a algo. Ao redor desse adolescente há uma luz tênue que mostra outros jovens que também compartilham do mesmo interesse (Imagem 1.2).

Simultaneamente em que essas imagens são veiculadas ouve-se a voz do locutor que diz convincentemente: “Novo Ensino Médio. Quem conhece aprova.” Esse *slogan* é um discurso que possibilita a memorização. Um sujeito acrítico poderá concordar com o *slogan* que ouve e, possivelmente, ser subjetivado a repeti-lo.

As imagens indicam que há um público jovial atento ao que assiste (Imagem 1). Nessa perspectiva, Borges Filho (2007) explica que se pode perceber o espaço por meio dos cinco sentidos: a visão, o tato, a audição, o olfato, o paladar.

No que tange à visão e à audição, pergunta-se o que os jovens veem e ouvem com tanta atenção e interesse (Imagem 1)? Os jovens assistem com interesse a um teatro cuja temática se refere ao “novo” Ensino Médio.

As imagens dos olhares atentos e interessados dos jovens são estratégias do poder (FOUCAULT, 1995) para a subjetivação dos espectadores, que devem se comportar como os jovens que se interessam e aprovam (sem questionamentos) a mudança da legislação educacional referente ao Ensino Médio.

Observa-se que a publicidade se passa em um espaço monotópico, isto é, as ações dos personagens acontecem somente em um espaço (BORGES FILHO, 2007): um auditório

⁶http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=57041-gastos-publicados-dezembro-2016-pdf&category_slug=fevereiro-2017-pdf&Itemid=30192.

escolar. Assim, ao assistir a propaganda percebe-se que nela está inserida a representação de um teatro com o auditório lotado.

Observa-se que o discurso da propaganda governamental é “Novo Ensino Médio. Quem conhece aprova” (Imagem 1). Um *Slogan*, repetido e disseminado, constantemente, pelo poder governamental por meio das diversas mídias. Esse discurso é apresentado como um discurso “verdadeiro”.

Imagem 1 - *Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>

O cenário montado para a apresentação da cena é um espaço em que as luzes estão apagadas, com muitas pessoas sentadas assistindo a uma apresentação. Esse espaço está na memória social, pois se relaciona ao cinema, ao teatro ou ao auditório (Imagem 2). Como já mencionado, as imagens são importantes para a composição do discurso, ressalta-se que o cenário montado é um auditório escolar.

Esse espaço se materializa quando os holofotes evidenciam a imagem da primeira jovem que se levanta para apoiar o “novo” Ensino Médio. Quando a adolescente se levanta, segurando os seus cadernos escolares (Imagem 2), ela está representando, pela imagem materializada, os estudantes brasileiros.

Marques (2010) ressalta que tanto o visual quanto o verbal se unem para a produção de sentidos. Desse modo, o visual mostra a jovem sorridente, estudiosa segurando cuidadosamente os seus cadernos na mão. No que tange ao verbal, ela diz entusiasmada: “Eu escolho o que eu vou estudar?”

Assim, com um sorriso e com um tom de voz ainda mais entusiasmado, ela continua o discurso que lhe compete dizer na peça teatral apresentada na propaganda oficial: “Então é claro que eu aprovo.” (Imagem 2). Nessa linguagem visual e verbal, tem-se disseminado o

discurso apresentado como verdadeiro que o estudante terá o poder de escolha, de decisão sobre o que vai estudar.

O auditório lotado de jovens estudantes assistindo a uma peça teatral é uma imagem que se vincula à memória da escola em momentos culturais de apresentações artísticas em que os estudantes se reúnem no auditório para apresentação de atividades realizadas pela comunidade escolar (Imagem 2).

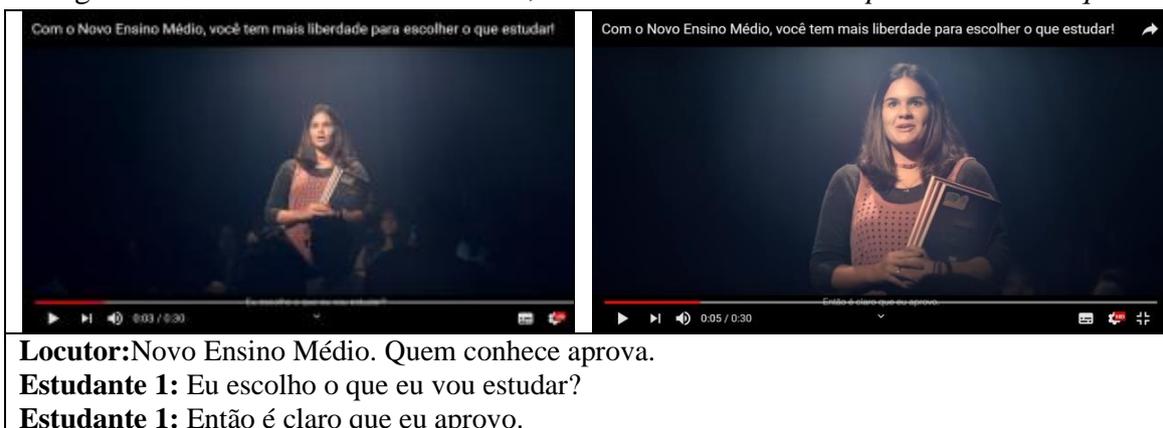
Embora a propaganda apresente um auditório com jovens estudantes, dando o efeito de sentido que as escolas públicas proporcionam esse espaço cultural para os alunos, vale lembrar que, na maioria das escolas públicas não há essa estrutura para que haja as apresentações artísticas dos estudantes.

Nesse sentido, a realidade é que muitas vezes a comunidade escolar precisa utilizar a criatividade para improvisar um auditório, por exemplo, ter o pátio da escola adaptado como se fosse um auditório para que os alunos possam assistir e realizar as atividades artísticas.

Nesse contexto, a falta de estrutura das escolas é denunciada por Moura e Lima Filho (2017), Kuenzer (2017), Ramos e Frigotto (2016). Para eles, a falta de investimentos públicos em professores qualificados e em infraestrutura física prejudicam o bom funcionamento das escolas públicas.

Frigotto (2016, p.331) enfatiza que a escola está degradada em seus espaços, “sem laboratórios, sem auditórios de arte e cultura, sem espaços de esporte e lazer.” Percebe-se, então, que essas dificuldades na educação são ocultas nos discursos disseminados pelo poder dominante. Mas, a propaganda governamental, como estratégia do poder governamental (tecnicamente pensada e calculada) materializa a imagem do auditório, transmitindo, assim, o discurso de que as escolas públicas têm, de fato, essa infraestrutura.

Imagem 2 - *Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>

Marques (2010) anota que além do plano verbal, existem outros operadores discursivos que compõem a imagem, como por exemplo, luz, sombra, cor, ângulo que devem ser observados na análise do discurso. Na propaganda, ora analisada, o auditório escolar está escuro, nele haverá a apresentação de um teatro.

As imagens mostram que há a escuridão, mas logo aparece uma luz que resplandece (Imagens 2 e 3). Nesse contexto discursivo, o escuro simboliza o desconhecimento do jovem que não consegue sair bem nas avaliações governamentais, conforme relato de Bezerra Filho (2016) na Exposição de Motivos nº 00084/2016/MEC.

Imagem 3 - *Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>

A escuridão representa o caos que se encontra o Ensino Médio. Mas, para acabar com a escuridão, aparece uma luz resplandecente (Imagem 3). Essa luz representa o “novo” Ensino Médio que aparece como solução do problema, os alunos terão conhecimento e obterão boas notas nas avaliações governamentais.

As imagens mostram os jovens sentados (em um ambiente escuro) em uma situação passiva, de desconhecimento. De repente, a luz do holofote focaliza e ilumina os alunos. Esses jovens iluminados apoiam a mudança do Ensino Médio. Um adolescente se levanta e diz: “*Minha vocação, eu aprovo!*” (Imagens 1, 2 e 4). Logo após se levanta uma jovem que diz: “Eu quero!” (Imagem 4.3). Instantaneamente, a imagem mostra outro garoto que se levanta e diz: “*Eu aprovo!*” (Imagem 4.4).

Quando os adolescentes se levantam (Imagens 2 e 4) produz-se o efeito de sentido de que eles saem da escuridão, onde estavam na condição de indivíduos passivos, recebem a luz que representa o conhecimento, tornando-se, assim, indivíduos ativos.

Assim, há a representatividade de uma relação ativa, em que agora os jovens têm voz, e são protagonistas de suas escolhas: eles querem escolher a área de conhecimento que se articula com sua vocação, isto é, eles aprovam o “novo” ensino que está chegando às escolas.

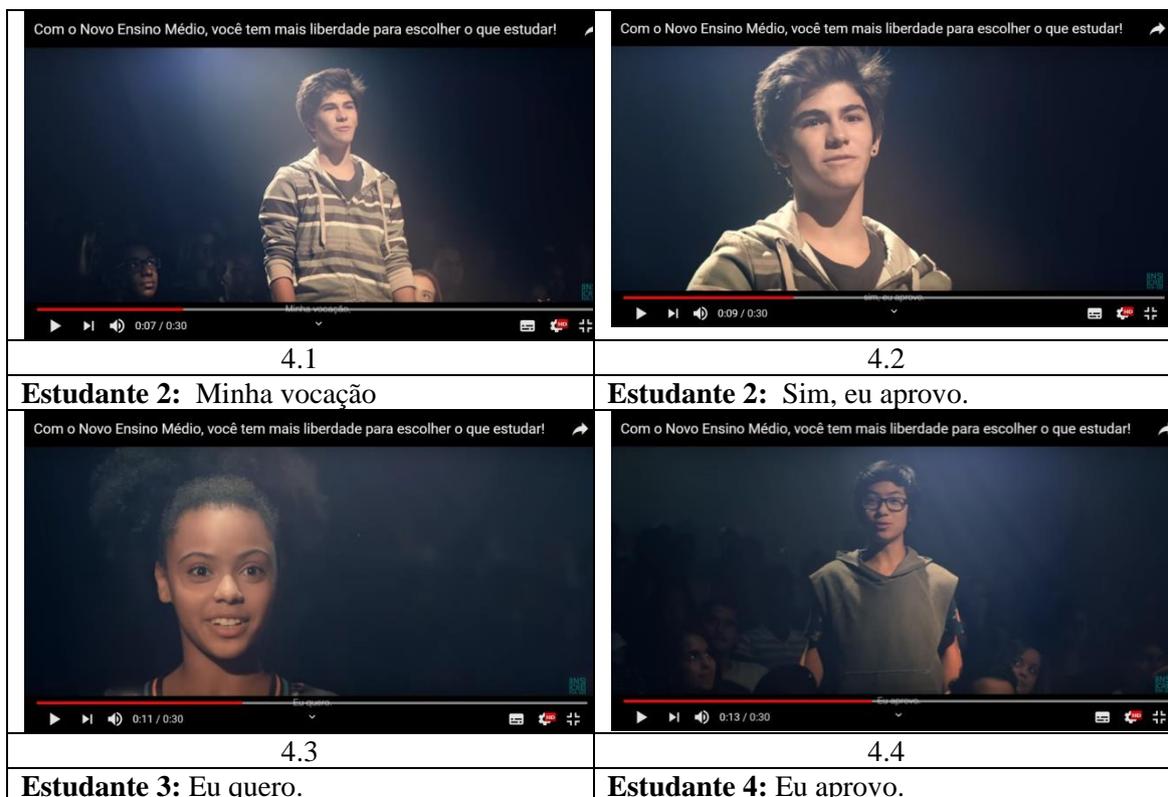
Segundo Foucault (2018) a verdade é construída por meio dos discursos que são disseminados na sociedade. Para o autor, o discurso não ocorre no vazio, é necessário que haja condições históricas para que se construa a verdade. Essa verdade tem por objetivo subjetivar o indivíduo a pensar e agir de acordo com os ditames do poder. Reflete-se, então, que a condição histórica para que surgissem os discursos sobre o “novo” Ensino Médio foi após Michel Temer ter ocupado o cargo da Presidência da República. Ele viabilizou a publicação da MP nº746/2016 e da Lei nº 13.415/2017.

Diante do exposto, reflete-se que é importante que se duvide da realidade. É imprescindível que se questione a “verdade” que é produzida pelo MEC e pelo Governo Federal por meio dos discursos que foram pulverizados pelas propagandas oficiais.

Nota-se que o discurso governamental produz um discurso “verdadeiro” que o jovem será o protagonista da própria vida, que terá o poder de decisão de acordo com a sua vocação profissional. Observa-se que Galvão (2019) duvidou desse discurso. A autora comenta que o discurso “verdadeiro” que o jovem será protagonista da sua história de vida, pretende isentar o poder público de qualquer responsabilidade social no que se refere à “escolha” do adolescente.

Nesse contexto, cria-se discursos “verdadeiros”, como por exemplo, que o estudante será responsável tanto pelo seu sucesso na vida quanto pelo seu fracasso (GALVÃO; 2019). Desse modo, ao espalhar esses discursos “verdadeiros”, o poder público se exime dos possíveis fracassos dos estudantes, atribuindo a eles toda a responsabilidade pelas “escolhas” errôneas que fizeram.

Imagem 4 - *Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>

Entende-se que os jovens não poderão escolher o itinerário formativo do qual tem interesse, possivelmente, apenas aceitarão passivamente o que os sistemas de ensino oferecerão. A Lei nº 13.415/2017 no Artigo 36 deixa evidente que a escolha é limitada e restrita. O Artigo 36 da citada lei deixa claro que a organização dos itinerários formativos que serão oferecidos dependerá das possibilidades estabelecidas em cada sistema de ensino.

Não há no texto da lei a obrigatoriedade para que os sistemas de ensino ofereçam os cinco itinerários. Desse modo, Silveira, Ramos e Vianna (2018, p.113) alertam que se a comunidade escolar não oferecer o itinerário formativo de interesse do aluno, e se ele não tiver “condições de se deslocar para uma escola que ofereça o itinerário de sua preferência, não terá oportunidade alguma de escolha”.

Observa-se, então, como é próprio do gênero da publicidade, na fala dos alunos não há nenhum questionamento crítico sobre a realidade da educação brasileira. Os estudantes reproduzem o discurso governamental apoiando a aprovação do “novo” Ensino Médio. Essa

estratégia do poder serve para a aquisição de apoio (sem questionamentos) da população sobre a mudança da legislação.

Constata-se, então, que a campanha governamental visa à subjetivação dos jovens, dos pais, dos professores, dos gestores escolares a se tornarem corpos dóceis (FOUCAULT, 2014) que vão aceitar e aprovar as ações do governo no poder.

Imagem 5 - *Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>

Observa-se que na propaganda acontece a fala do locutor: “*Com o novo Ensino Médio, você tem mais liberdade de escolher o que estudar, de acordo com sua vocação. É a liberdade que você queria para decidir o seu futuro.*” Nota-se a ênfase do discurso governamental sobre a liberdade de escolha que o estudante terá com o “o novo” Ensino Médio e do poder de decisão sobre o próprio futuro.

Assim, os termos *liberdade de escolha* e *decisão do próprio futuro* materializam verbalmente o aspecto positivo da reestruturação do Ensino Médio. Simultaneamente à linguagem verbal, declarada de maneira envolvente pelo locutor, aparecem as imagens dos adolescentes com semblantes felizes, reforçando, assim, o aspecto positivo da mudança educacional (Imagem 5).

As imagens mostram adolescentes esperançosos. Eles estão felizes com o “novo” ensino que está sendo instituído (Imagem 5). Assim, a luz que aparece ao fundo das imagens dos estudantes representa que o conhecimento está chegando com o “novo” Ensino Médio. Os estudantes se tornam seres iluminados pelo conhecimento, eles poderão aprofundar na área de conhecimento da qual tenham interesse com a escolha que farão. Nota-se que o verbal e o visual se agregam para legitimar o discurso com efeitos de verdade (MARQUES, 2010, 2014).

Mas, é necessário questionar, será mesmo que o adolescente terá o poder de escolha? Sabe-se que a Lei nº 13.415/2017 ignora o mínimo de itinerários formativos que devem ser oferecidos. A letra da lei expõe que a organização dos itinerários será de acordo com as possibilidades dos sistemas de ensino.

Nesse sentido, o estudante não terá escolha entre os cinco itinerários, mas poderá apenas “escolher” dentre aqueles que o sistema de ensino ofertará. Caso o sistema de ensino possa oferecer apenas um itinerário o aluno será, implicitamente, forçado a escolhê-lo. Portanto, o discurso de que o aluno terá o poder de “escolha” é um engodo, uma falácia (SILVEIRA; RAMOS; VIANNA, 2018).

Após a fala do locutor, “*Com o novo Ensino Médio, você tem mais liberdade de escolher o que estudar, de acordo com sua vocação. É a liberdade que você queria para decidir o seu futuro*”, a próxima imagem materializa um estudante que diz: “*Quem conhece o Novo Ensino Médio aprova!*”. Nesse caso, o poder governamental apresenta seu discurso como verdadeiro: todos os adolescentes que estão presentes no auditório e, também, todos os estudantes brasileiros aprovam a reorganização do Ensino Médio.

Além disso, o discurso do MEC e do Governo Federal, reproduzido nas falas dos atores que simbolizam os jovens estudantes brasileiros, busca subjetivar o espectador que as “novas” medidas que serão adotadas na educação são positivas, pois quem as conhece irá aprová-las.

Nesse contexto, reflete-se sobre os estudos de Foucault (2014, 2018) no qual argumenta que o poder utiliza mecanismos tanto repressivos quanto sutis e prazerosos. Assim,

o poder governamental que ocorreu no Governo Michel Temer utilizou formas sutis sobre o “novo” Ensino Médio para subjetivar a população brasileira para que aderisse ao pensamento de reestruturação do ensino: usou o dispositivo de poder midiático para disseminar discursos com efeitos de verdade sobre os aspectos “positivos” da mudança da lei educacional. Assim, de maneira sutil, a propaganda (tecnicamente pensada e organizada) mostra as imagens de adolescentes simpáticos, sorridentes e felizes.

Atenta-se que o Jovem que aparece na publicidade (Imagem 6) é bonito, carismático, usa roupas joviais e o corte de cabelo da moda. Ele tem facilidade para se comunicar e, por meio da linguagem gestual e verbal, tenta convencer o espectador em aprovar a reformulação do ensino. Isso se materializa no discurso do estudante por meio de gestos, ele (olhando para a câmera) dá uma piscadinha charmosa (um gesto próprio dos jovens quando querem conquistar alguém) simultaneamente ao momento em que diz: *“Quem conhece o Novo Ensino Médio aprova!”*, para completar o discurso aparece com a escrita em destaque à frente da imagem do jovem: *“já é assim, com 72% dos brasileiros.”*

Assim, de maneira estrategicamente sutil, o poder utiliza (por meio da propaganda) a linguagem gestual (piscadinha do Jovem), a linguagem verbal, reproduzida na fala da estudante (*“Quem conhece o Novo Ensino Médio aprova!”*) e também da linguagem verbal na escrita em destaque (*“já é assim, com 72% dos brasileiros.”*). Observa-se que as linguagens não-verbal e verbal se complementam para a produção do discurso com efeitos de verdade, subjetivando a população a aderirem aos 72% que “aprovam” a reestruturação do Ensino Médio.

Imagem 6 - *Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>

Observa-se, também, a primeira estudante a se manifestar quanto à aprovação: é uma moça branca (Imagem 1) e o último um moço negro (Imagem 1). Essa estratégia de poder no

discurso publicitário dá um efeito de sentido que a reestruturação do Ensino Médio é inclusiva e democrática: Acolhe mulheres e homens, brancos e negros, embora não acolha, nem mesmo na publicidade, os indígenas e nem todos os portadores de necessidades especiais (a propaganda apresenta apenas os jovens com deficiência visual, pois usam óculos).

A imagem 7 focaliza os rostos dos jovens que compõem a cena da propaganda e que apoiam o “novo Ensino Médio. Esses adolescentes representam os estudantes que são legitimados para opinar sobre a reformulação do Ensino Médio. Nessa perspectiva, os adolescentes simbolizam uma categoria que pertence à comunidade escolar; eles aprovam, sem ressalvas, a reestruturação desse nível de ensino.

O MEC e o Governo Federal (Imagem 7) buscam a adesão não só dos jovens, mas também da comunidade escolar (dos pais, dos professores, dos gestores educacionais) e da maioria da população brasileira. Assim sendo, o espectador que assiste à propaganda deve, assim como os estudantes que estão no teatro, ser subjetivado a contemplação e a aprovação (sem questionamentos) da mudança da legislação educacional.

Os responsáveis pela divulgação da propaganda oficial, o MEC e o Governo Federal (Imagem 7), usam como dispositivo de poder a campanha publicitária, subjetivando, assim, a população a serem obedientes, a serem corpos dóceis que não questionam o que está sendo proposto no “novo” Ensino Médio, mas, apenas aceitam submissos àquilo que a instituição e o Governo irão ofertar para os jovens brasileiros.

Imagem 7 - *Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>

Considerações finais

Após a realização deste estudo notou-se que o poder é astucioso e utilizou de técnicas, de mecanismos e de estratégias de dominação. Uma dessas estratégias foi, por meio da

pulverização de discursos “verdadeiros”, a produção de indivíduos úteis, produtivos, acrílicos que não questionam as “verdades” produzidas pelo poder.

Observou-se também que o MEC e o Governo Federal (estrategicamente) disseminaram, por meio de diversas mídias, discursos verbais e não-verbais que circularam como verdadeiros na sociedade brasileira. Nessa prática discursiva, uma das “verdades” produzida e disseminada pelo poder governamental é que a reestruturação do Ensino Médio é uma ação inclusiva e democrática.

Outra “verdade” construída e pulverizada pelo MEC e pelo Governo Federal é que os estudantes que frequentam a última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio, aprovam a reorganização desse nível de ensino.

O poder Governamental produz a “verdade” de que as pessoas que conhecem a Lei nº 13.415/2017 aprovam a reformulação do Ensino Médio. Além disso, os discursos do MEC e do Governo Federal constroem a verdade que 70% dos brasileiros aprovam a mudança na legislação educacional.

O discurso produzido diz que com a reorganização do Ensino Médio, os estudantes terão conhecimento e obterão boas notas nas avaliações governamentais. Cria-se a “verdade” de que os jovens terão poder de decisão sobre o que irão estudar. Adquirirão o conhecimento, tornando-se, assim, indivíduos ativos capazes de decidir o próprio futuro.

Porém, existem discursos de estudiosos e de pesquisadores da educação, como por exemplo, Dante Henrique Moura, Domingos Leite Lima Filho, Acacia Zeneida Kuenzer, Marise Nogueira Ramos e Gaudêncio Frigotto, que refutam as “verdades” produzidas pelo poder Governamental. Para eles, a promulgação da Lei nº 13.415/2017 retira dos jovens o direito de compreender de que maneira a ciência é produzida, e de como o saber científico se incorpora na produção de bens e de serviços. Essa legislação fragmenta o ensino e se distancia da formação crítica do indivíduo.

Essa pesquisa foi relevante, pois nos fez refletir e, até mesmo, questionar sobre as “verdades” produzidas pelo poder governamental sobre a Lei nº 13.415/2017. Esta pesquisa também se torna um registro da historicidade da legislação do Brasil.

Este estudo não se esgota em si mesmo, novos questionamentos, novos estudos sobre a Lei nº 13.415/2017 surgirão. Acreditamos que quanto mais estudos, mais conhecimentos, mais consciência crítica, mais serão possibilidades de novas formas da legislação da educação brasileira serem pautadas no acesso de todos os jovens na escola, e que nesse ambiente educacional, o ensino seja de qualidade.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Trad. de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BEZERRA FILHO, José Mendonça. Exposição de Motivos nº 00084/2016/MEC. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-746-16.pdf. Acesso em 13/09/2018.

BORGES FILHO, Ozíris. **Espaços e literatura:** introdução a topoanálise. Franca (SP). Ribeirão Gráfica e Editora, 2007.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Sistema de divulgação de candidaturas** – Eleições 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/candidaturas/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>. Acesso em: 11/12/2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017:** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 09/08/2019.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Gastos com publicidade - Prestação de contas: Exercício 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=57041-gastos-publicados-dezembro-2016-pdf&category_slug=fevereiro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em 11/10/2019.

BRASIL, Ministério da Educação – MEC. Com o Novo Ensino Médio, você pode decidir o seu Futuro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bIFgyTLIv4Q>. Acesso em: 12/04/2018.

FERNANDES, CleudemarAlves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault.** São Paulo, SP: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul **Michel Foucault: uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Trad. de Roberto Machado. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reforma do Ensino Médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **Movimento: revista de educação**. Niterói (RJ), v.3, n.5 p. 229-332, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32621/18756>. Acesso em 21/10/2019.

GALVÃO, Flávia Motta de Paula. **As representações discursivas da Reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017, em diferentes gêneros do discurso**. 2019. 216 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2131>. Acesso em: 09/10/2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200331&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06/07/2018.

MARQUES, Welisson. **Mensalão e Crise Política: a constituição do sujeito nas inscrições enunciativas da Revista Veja ao significarem o Partido dos Trabalhadores**. 2010. 223 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15390>. Acesso em: 01/03/2019.

MARQUES, Welisson. **Análise do discurso Publicitário de cursos e idiomas: verdades atinentes a sujeitos aprendizes e aprendizagem de língua inglesa**. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de. Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do Ensino Médio: regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**. Brasília (DF), v. 11, n.20, p. 109-129, 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/760/pdf>. Acesso: 11/09/2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo - RS, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em 04/04/17.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 30-48, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207>. Acesso em 18/11/2018.

SENADO, Agência. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Redação 28/12/2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 11/12/2019.

SILVEIRA, Éder da Silva; RAMOS, Nara Vieira; VIANNA, Rafael de Brito. O “novo” ensino médio: apontamentos sobre a retórica da reforma, juventudes e o reforço da dualidade estrutural. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 101-118, 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3992>. Acesso em: 31/10/2018.